

# MAPA HISTÓRICO DOS GRUPOS ARMADOS DO RIO DE JANEIRO

GENI Grupo de  
Estudos  
dos Novos  
Legalismos

# FOGOCRUZADO

## FICHA TÉCNICA

### Coordenação

Daniel Hirata - Geni/UFF

Maria Isabel Couto - Instituto Fogo Cruzado

### Equipe Técnica

Ana Luisa Lima Silvestre da Silva	Jéssica Leal
Andreza de Souza Dias	Juliana Aguiar
Angela Tepasse	Karina Porto da Luz Chianello
Beatriz Brum Domingues Dettmann	Lory Costa
Beatriz Nunes Ramalho da Rocha	Luana Calzavara
Caio de Lima Boa Morte	Lucas Gelape
Caio Terra	Lucas Madureira Cruz
Carolina Christoph Grillo	Marianna Araújo
Carla Bernadete Madureira Cruz	Mayara do Nascimento Ramos
Carolina Medeiros	Michel Misse Filho
Cecília Oliveira	Nandara Simas Frauches
David Maciel de Mello Neto	Patricia Luana Costa Araujo
Débora Diniz	Rafael Godoi
Diogo Lyra	Rafael Silva de Barros
Diogo Santos	Rafaela Freitas
Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de Souza	Renato Dirk
Felipe Gonçalves Amaral	Rita Maria Cupertino Bastos
Gabriel dos Santos Duarte	Rogério Barbosa
Gabrielli Thomaz	Victor Hugo Nogueira das Neves
	Yuri Eiras

### Projeto gráfico e diagramação:

Beto Paixão

betopaixao.jf@gmail.com

Rio de Janeiro, setembro de 2022

#### Realização

**GENI** Grupo de Estudos dos Novos Legalismos

**FOGOCRUZADO**

#### Parceria

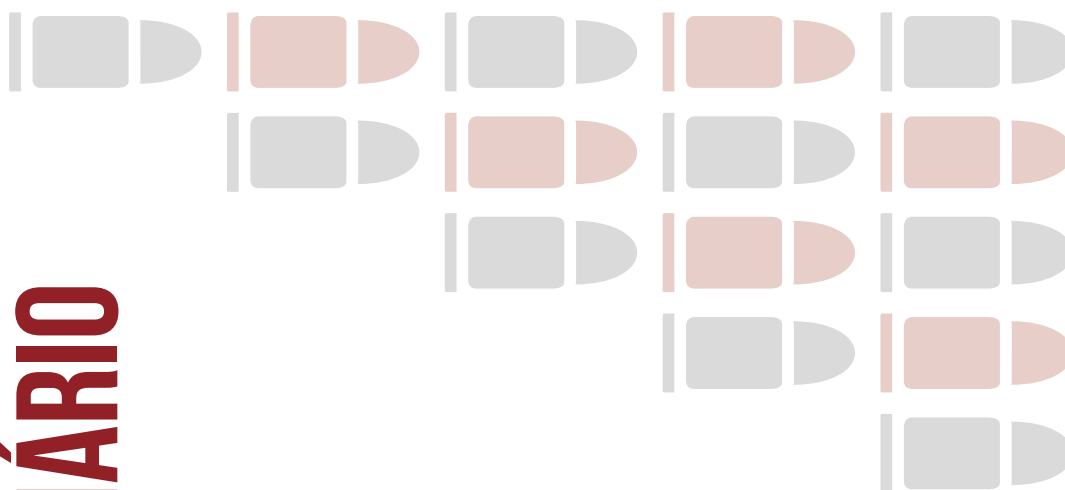


#### Apoio

**HEINRICH BÖLL STIFTUNG**  
RIO DE JANEIRO  
Brasil

Apoiado parcialmente pela  
**Open Society Foundations**

# SUMÁRIO



## MAPA HISTÓRICO DOS GRUPOS ARMADOS DO RIO DE JANEIRO | PG 4

## A EVOLUÇÃO DO DO CONTROLE TERRITORIAL POR GRUPOS ARMADOS NO GRANDE RIO | PG 6

- 1 - Linha do Tempo do Controle Armado no Grande Rio | PG 8
- 2 - Diferenciações Regionais na Evolução do Controle de Grupos Armados | PG 14
- 3 - A Expansão das Milícias em Comparação às Facções | PG 23

## METODOLOGIA | PG 30

- 1 - A Escolha da Fonte | PG 31
- 2 - Tratamento da Base do DD e Classificação das Denúncias | PG 32
- 3 - Construção da Base Cartográfica | PG 35
- 4 - Determinação do Controle Territorial Armado | PG 36

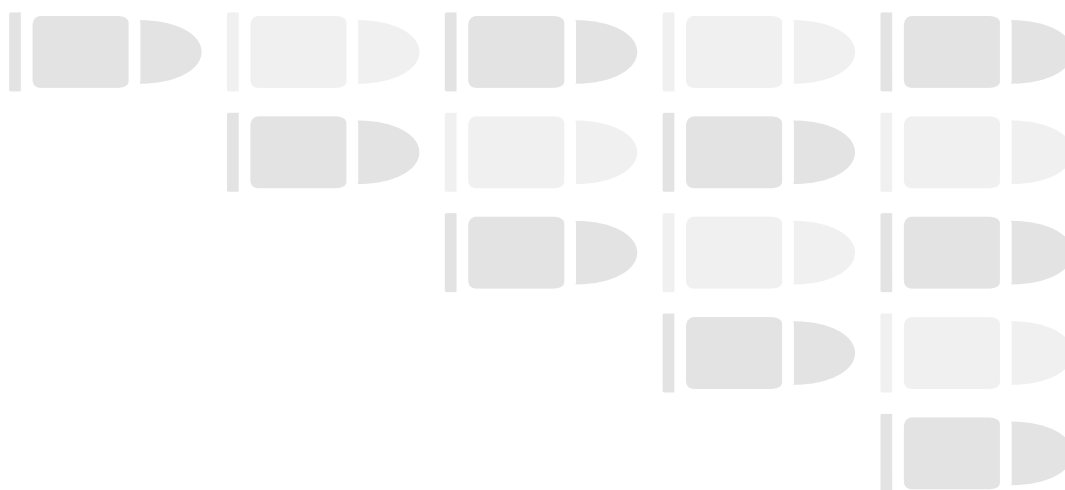
## REFERÊNCIAS | PG 39

# MAPA HISTÓRICO DOS GRUPOS ARMADOS DO RIO DE JANEIRO

Há mais de quatro décadas, amplos espaços da Região Metropolitana do Rio de Janeiro se encontram sob o domínio de grupos armados, que submetem os moradores a uma série de arbitrariedades e os expõe ao confronto armado, causado por disputas com grupos rivais ou por operações policiais. A história urbana do Rio de Janeiro é marcada pela história dos grupos criminais, seus ciclos de paz e enfrentamento e suas intrigas de bastidores. As disputas pelo controle territorial são variáveis incontornáveis não só para a área de segurança pública, mas também para outras políticas urbanas, influenciando desde o transporte e habitação à educação e cultura.

Diante desse grave problema público, esperaríamos que as autoridades do Estado elaborassem um mapa mostrando quais são os grupos armados que controlam áreas enormes do estado e onde eles atuam. Os diversos órgãos públicos que atuam nos bairros, favelas e conjuntos habitacionais possuem conhecimento suficiente sobre o controle exercido pelos grupos armados e poderiam reunir essas informações em um mapa, de maneira a produzir um instrumento básico de trabalho da gestão pública. Esse mapa, inclusive, deveria ser disponibilizado à população, para que os cidadãos pudessem compreender melhor o que se passa nessas localidades, exigir prestação de contas sobre serviços e investimentos públicos, se certificando de que eles estão servindo à população e não a grupos criminosos.

O problema é que esse mapa não existe. Ou pelo menos, se ele existe, o poder público se recusa a disponibilizá-lo para a população. E esse vazio de informações qualificadas pre-



judica não apenas a elaboração e implementação de políticas públicas que de fato sejam capazes de trazer paz e qualidade de vida para a população. Prejudica também o desenvolvimento econômico capitaneado pela iniciativa privada, uma vez que qualquer investimento realizado sem essas informações incorre na impossibilidade de se calcular os seus riscos inerentes. As consequências dessa lacuna são inestimáveis.

Para enfrentar esses problemas, o Instituto Fogo Cruzado e o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) decidiram liderar um esforço coletivo que permitiu apresentar para vocês, hoje, a primeira versão do **Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro**. O mapa agora divulgado apresenta dados de 2006 a 2021, para toda a região metropolitana do Rio de Janeiro. Trata-se de uma primeira versão, que será ainda afinada a partir dos retornos de colaboradores e complementada com fontes alternativas. Mas não temos dúvidas, que se trata de uma versão de enorme qualidade, que apresenta fidedignamente os grandes movimentos dos grupos armados no Grande Rio.

Dedicamos este relatório à memória de Zeca Borges, criador e coordenador do Disque-Denúncia, central de atendimento especializada que há 27 anos ajuda a população a denunciar ações criminosas e sem a qual este mapa não teria sido possível.

Nas próximas páginas você conhecerá melhor a metodologia implementada para construir esse mapa e os principais resultados da análise histórica. **Boa leitura!**

# A EVOLUÇÃO DO CONTROLE TERRITORIAL POR GRUPOS ARMADOS NO GRANDE RIO

Recomenda-se a leitura deste relatório juntamente com a exploração do mapa histórico. Através do mapa - e não deste relatório - é possível entender especificamente o que aconteceu em uma cidade ou bairro em cada momento histórico. O mapa é a ferramenta ideal para olhar movimentações localizadas. Neste relatório, por sua vez, encontra-se reflexões, análises e hipóteses em um nível mais amplo: da região metropolitana do Rio de Janeiro como um todo e suas sub-regiões.

Interessa aqui o olhar para o Grande Rio como um cenário político de disputas interligadas. Em que momento e sub-região cada grupo cresce ou diminui? Quais são os eventos que marcam cada período e se associam com cada tendência? Essas são algumas das perguntas norteadoras deste relatório e deste projeto, porque são estas as respostas essenciais para compreender como criminalidade e política se relacionam e, apenas esta compreensão clara e disponível a todos, pode-se começar a mudar a história do Rio.

Nas próximas páginas, serão descritas e analisadas as tendências da evolução do controle territorial de cada grupo armado na região metropolitana do Rio, à luz dos momentos históricos nos quais essas movimentações estão inseridas. Mas antes de prosseguir, é importante fazer alguns comentários sobre a metodologia, que será apresentada de forma mais detalhada ao final deste relatório:

- » Ao todo foram analisadas 689.933 mil denúncias anônimas sobre tráfico de drogas e milícias entre 2006 e 2021, que permitiram traçar o movimento histórico de domínio

de facções e milícias, sobre mais de 13.308 sub-bairros, favelas e conjuntos habitacionais da região metropolitana do Rio de Janeiro.

- » Este relatório apresenta o mapa histórico de domínio de grupos armados sobre espaços das cidades da região metropolitana do Rio. Não se trata aqui da presença desses grupos, mas sim especificamente do controle da vida cotidiana nesses espaços caracterizado a partir de diversas atividades e dinâmicas sociais que estão expostas na seção de metodologia. A equipe deste projeto também estuda a presença de grupos armados nos bairros de forma ampla, caracterizando áreas de influência e não de domínio, aspecto que será tratado em outros relatórios. Outro elemento importante que será abordado em estudo separado são as dinâmicas de disputa territorial, cujas intensidades distintas e com alternâncias variáveis, exigem um olhar mais atento e em separado.
- » A análise e classificação das áreas de domínio foi feita de forma cumulativa. O conjunto histórico passado dos dados é sempre levado em consideração, de forma a não perder informações sobre áreas dominadas por algum grupo. Mas os dados mais recentes recebem ponderação diferenciada, de forma que não se perca a sensibilidade para as mudanças de controle entre grupos.
- » As análises da evolução das milícias e facções são apresentadas a partir de duas perspectivas: tamanho territorial (área) e contingente populacional (habitantes). É importante destacar que este estudo considera o eixo de área como o mais importante elemento a ser considerado, devido ao seu caráter constante. Os dados populacionais, embora trabalhados aqui, apresentam dois problemas: um relativo à disponibilidade de informações e outro da sua natureza. Quanto à qualidade e disponibilidade dos dados populacionais, faz-se necessário reconhecer que se trata de dados do censo de 2010 e, portanto, muito desatualizados. A depender do padrão de crescimento das centralidades urbanas no eixo centro-periferia, a utilização de dados antigos pode distorcer as análises. A realização e publicação dos dados do Censo de 2022 serão essenciais para a ponderação desses dados. Além disso, quanto à natureza dos dados, as informações populacionais do Censo tratam de moradores e não de população flutuante. Dadas as características de atuação, sobretudo das milícias, considerar apenas a população residente nos setores censitários, tende a minimizar os efeitos das atividades destes grupos sobre trabalhadores e sobre a população flutuante dos bairros.
- » Por fim, os dados foram agregados e analisados em triênios móveis. Essa escolha metodológica torna a análise mais robusta na medida em que previne distorções induzidas pela ausência de denúncias sobre uma área específica, num dado ano ou por tentativas mal-sucedidas de invasão de espaços por um grupo armado.

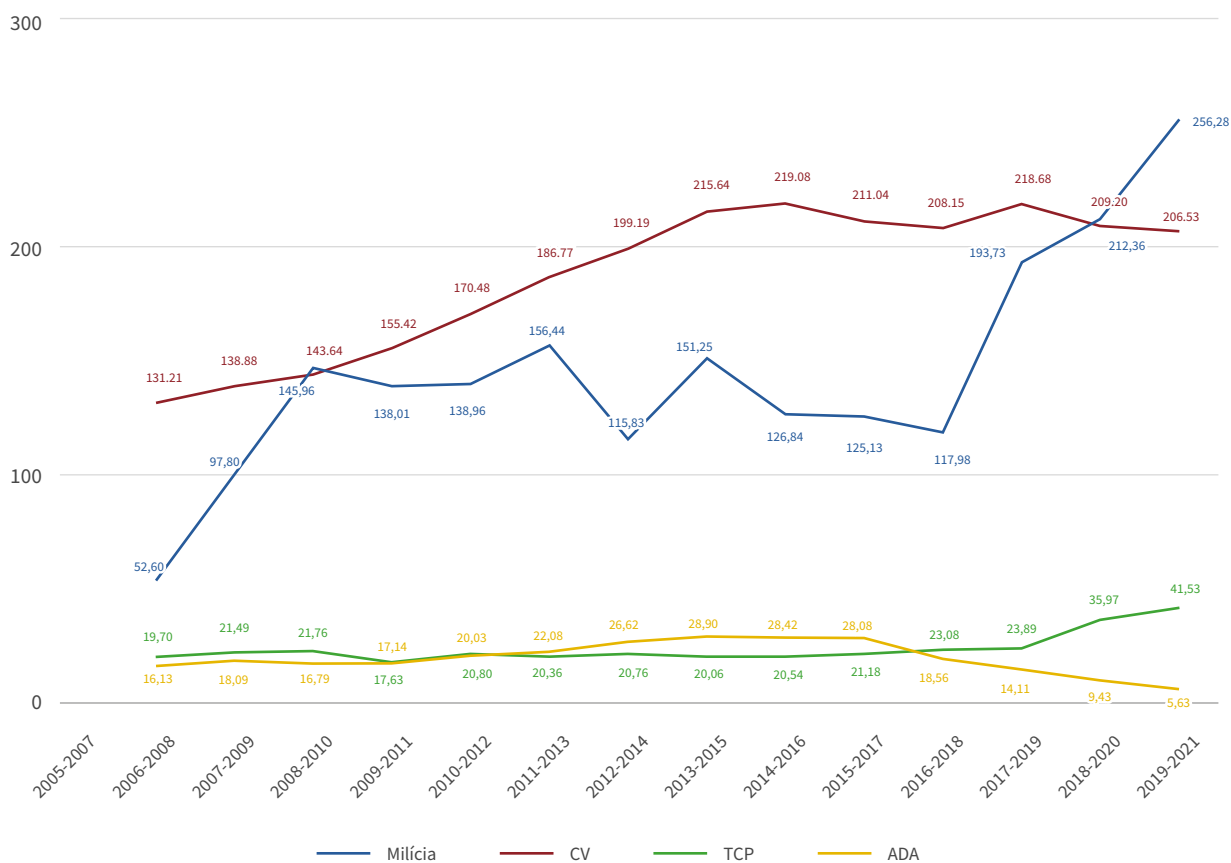
# 1

## LINHA DO TEMPO DO CONTROLE ARMADO NO GRANDE RIO

Os gráficos abaixo apresentam os dados do Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro no formato de linhas do tempo, permitindo assim observar - e comparar - as evoluções do tamanho total - em quilômetros quadrados e número de habitantes - das áreas e populações controlados por cada grupo ao longo dos triênios analisados.

**GRÁFICO 1**

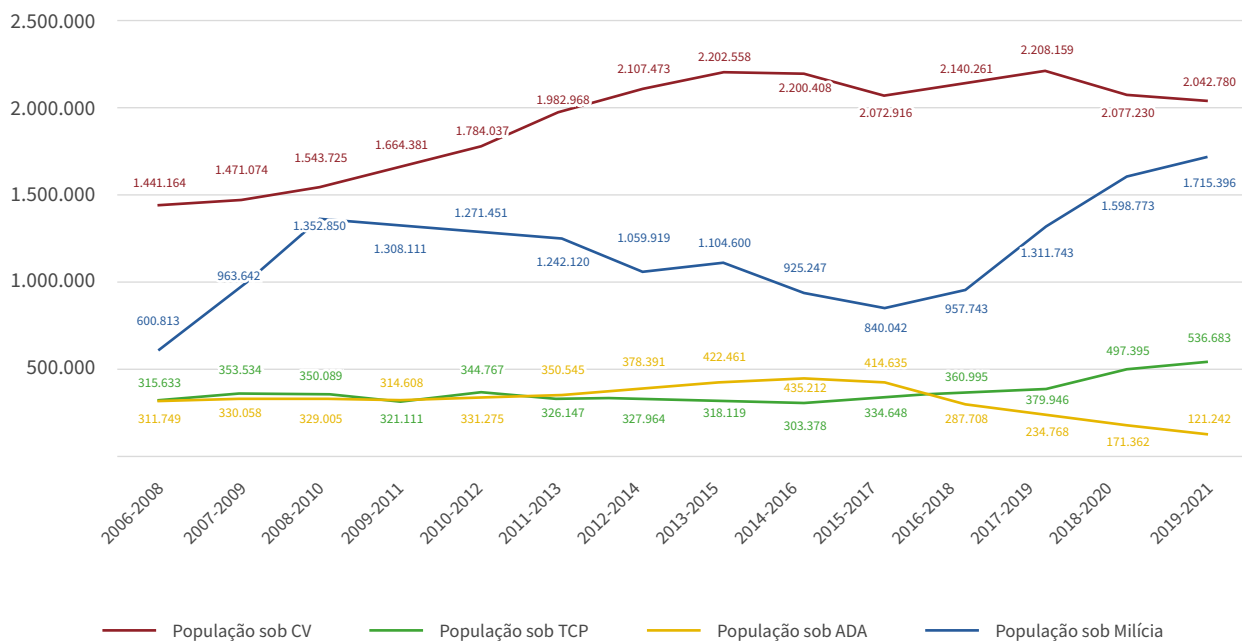
**Área total do Grande Rio sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)**





## GRÁFICO 2

### População total do Grande Rio sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)



Algumas observações saltam aos olhos imediatamente:

» **O Comando Vermelho (CV) foi, durante muitos anos, o grupo armado com o maior domínio territorial e populacional, mas perdeu sua hegemonia territorial.**

Entre os triênios 2012/2014 e 2016/2018, a facção possuía sob seu controle áreas maiores e mais populosas do que todos os outros grupos (Terceiro Comando, ADA e milícias) somados. Desde o início da série histórica analisada, a tendência de domínio de territórios e populações do CV foi de aumento, à exceção de alguns períodos mais recentes, que coincidem com a disputa nacional entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho pelo controle sobre rotas internacionais de tráfico de drogas e armas: entre 2015/2017 e 2016/2018 (momento de ascensão da ADA e do TCP respectivamente), e a partir de 2018/2020 (momento de ascensão do TCP e das milícias).

- » **As milícias alternaram entre duas tendências principalmente - aumento vertiginoso ou relativa estabilidade – despontando como grupo armado com maior extensão territorial sob seu domínio a partir de 2018/2020.** No início da série histórica (2006-2010), as milícias expandiram seu controle territorial em 177,5% e populacional em 125,1%, alcançando a área sob domínio do CV no triênio 2008/2010. No entanto, a partir de 2009/2011, triênio marcado pelo início dos efeitos da CPI das Milícias (2008), estas entraram em um período de relativa estabilidade no Grande Rio, com gradativo declínio. A partir de 2017/2019, a tendência de áreas e habitantes sob controle de milícias muda novamente e, de forma brusca, elas ampliam seu controle territorial em 117,2% e populacional em 78,7% até o final do período analisado.
- » **No contexto da região metropolitana como um todo, nem o Terceiro Comando Puro (TCP), nem a ADA (Amigos dos Amigos) assumem grande destaque.** Os dois grupos chegaram a alternar a terceira colocação como grupo com mais áreas maiores e mais populosas sob domínio. Mas as movimentações mais recentes apontam para a quase extinção da ADA - que no último triênio chegou ao seu menor patamar, 1/5 do espaço dominando e quase 1/4 da população em seu auge no triênio 2013/2015 e 2014/2016 - e para o aumento do TCP - que nos últimos 2 triênios vem consecutivamente batendo recorde de áreas e populações sob seu domínio.

Olhadas em conjunto, as variações e tendências históricas de dominação das diferentes facções e milícias coincidem com alguns momentos históricos do Rio de Janeiro. Eles não podem ser considerados “causa” dos movimentos identificados, pois estamos lidando com fenômenos complexos condicionados por variáveis diversas, difíceis de isolar umas das outras. No entanto, alguns marcos temporais certamente nos ajudam a contextualizar as variações observadas e identificar acontecimentos que muito possivelmente exerceram influência sobre o controle territorial dos grupos armados e que, portanto, devem ser considerados nas hipóteses de interpretação dos mapas.

Observando os gráficos 1 e 2 apresentados acima, dois triênios analisados se destacam: 2008/2010 e 2017/2019. Eles marcam inversões importantes de tendência na evolução de áreas de controle sob grupos milicianos. Porém, mais do que quantidades de quilômetros quadrados sob controle de um determinado grupo, esses triênios marcam inflexões na distribuição relativa de poder, representado por áreas de domínio, entre grupos.

Nos primeiros três triênios analisados, Comando Vermelho e Milícias apresentavam, ambos, tendência significativa de aumento territorial e populacional sob seu controle, mas com maior intensidade para o caso das milícias: 9,9% e 177,5% de crescimento territorial

e 7,1% e 125,1% de crescimento populacional respectivamente. Este ritmo de crescimento muito mais acelerado das milícias, implicava em um declínio da importância relativa do Comando Vermelho frente à expansão das milícias. Entre o primeiro e o terceiro triênio analisados, o CV, que se caracterizava como o grupo com o maior controle de áreas dominadas (58,6%), caiu mais de quinze pontos percentuais, tornando-se o segundo grupo com maior área territorial sob seu controle. As milícias, por sua vez, tornaram-se o grupo com controle mais extenso, saindo de 23,7% para 44,1% de todas as áreas dominadas sob o seu controle. Do ponto de vista de habitantes em áreas com domínios de grupos armados, as milícias não ultrapassaram o CV, mas enquanto no primeiro triênio havia controle de 53,9% da população pelo CV e 22,5% pelas milícias, passados apenas três triênios o CV controlava 43,1% da população e as milícias se aproximaram consideravelmente, com 37,8%.

Mas a tendência de crescimento das milícias não se sustentou nos triênios seguintes. A partir de 2009/2011, até 2016/2018, o tamanho total dos espaços sob controle das milícias iria flutuar, diminuindo e aumentando frequentemente, chegando ao final desse período a contabilizar uma queda de 19,2% de controle territorial e 29,2% de controle populacional. A interrupção do crescimento das milícias coincide com o início e os desdobramentos da Comissão Parlamentar de Inquérito conduzida na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) iniciada no ano de 2008 para apurar a participação de agentes públicos em milícias – a chamada CPI das milícias. Como consta em seu relatório final (ALERJ, 2008), a CPI resultou no indiciamento de 226 suspeitos de integrarem esses grupos criminais armados, de modo que as investigações ali iniciadas resultaram na prisão de importantes lideranças desses grupos nos anos subseqüentes à CPI. Destacam-se, por exemplo, o desmantelamento da Liga da Justiça, uma das mais conhecidas e maiores milícias do Rio de Janeiro, e as prisões de seus principais líderes Batman (em 2008, novamente em 2009 e posterior condenação em 2010) e Jerominho (2012).

Mais adiante, ao observar as linhas do tempo específicas da Baixada Fluminense, do Leste Metropolitano e da Capital, fica claro que os impactos da CPI das Milícias foram diferentes para cada região. Mas, sobretudo na Capital e Baixada, o efeito é inegável e confirma tanto a tendência geral da região metropolitana quanto o que fora observado por Cano e Duarte (2012) em sua pesquisa sobre a evolução das milícias no período de 2008 a 2011. Segundo os autores, nesse período, a estratégia das milícias foi a de manter a seu controle territorial de maneira mais discreta, longe dos holofotes ou, como na expressão que deu título ao livro, “no sapatinho”. O que o mapa aponta é que as milícias, nesse período, não deixaram de ser a segunda maior força criminal na região metropolitana, mas também não ameaçavam ainda a hegemonia do Comando Vermelho fora da zona oeste da capital.

O segundo triênio a ser destacado – 2017/2019 – é justamente aquele no qual tem início a retomada da expansão das milícias de forma consistente e acentuada, alçando-as em poucos anos ao patamar de grupo com a maior extensão territorial sob o seu controle e se aproximando muito rápido da liderança no controle de populações. E para entender essa inversão territorial entre Comando Vermelho e Milícias que ocorreu entre 2018 e 2020 é preciso relembrar alguns momentos importantes da história brasileira e fluminense.

O ano de 2016 ficou marcado pelo início de sucessivos episódios de violência que marcaram as disputas entre o PCC e o CV pelo controle de rotas do comércio ilegal de drogas e de armas que abastecem tanto o mercado brasileiro quanto o internacional. São exemplos: o assassinato de Jorge Rafaat em junho de 2016; as rebeliões de Boa Vista (10 mortos) e Porto Velho (8 mortos) em outubro de 2016; e, as rebeliões de janeiro de 2017 no Complexo Penitenciário Anísio Jobim no Amazonas (56 mortos), na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo em Roraima (31 mortos) e na Penitenciária de Alcaçuz no Rio Grande do Norte (26 mortos). Estes episódios são exemplos emblemáticos de como a disputa nacional pelo controle de rotas internacionais de tráfico produziram efeitos concretos em vários estados. No Rio de Janeiro, embora nenhuma grande chacina ou assassinato cinematográfico possam ser apontadas, os efeitos dessa disputa também se fizeram sentir.

O triênio 2014/2016 marca o ápice do controle territorial (219,65 Km<sup>2</sup>). A partir de 2017/2019, o CV sofreu uma progressiva diminuição de áreas sob seu controle. O período de retração do CV é concomitante ao período de disputa nacional do mesmo com o PCC e há inúmeros relatos de que o grupo de origem paulista teria investido recursos no fortalecimento do Terceiro Comando e da ADA, como forma de enfraquecer seu rival nacional.

A formação do TCA (Terceiro Comando dos Amigos), união entre TCP e ADA para dominar espaços do CV, em 2017, é apontada como um dos efeitos dessa disputa nacional. O TCA teve vida breve e, como demonstrado na linha do tempo acima, pode ser vista como um dos elementos que levaram a redução da ADA a apenas 1/5 da sua extensão territorial e quase 1/4 da população em 2013/2015 (momento auge da facção). Mas independente disso, o Terceiro Comando Puro saiu inegavelmente fortalecido desse processo, e tornou-se responsável por ameaças significativas aos espaços de domínio do Comando Vermelho.

Como já dito anteriormente, as movimentações e disputas entre grupos armados no Rio de Janeiro não podem ser atribuídas integralmente a um ou outro fator. São variados os processos e dinâmicas que concorrem para a configuração espacial da criminalidade no Grande Rio. Os anos entre 2016 e 2018 foram marcados por grandes e violentas disputas por controle territorial entre facções, entre outros fatores, porque a crise fiscal, econômica

e de gestão que o estado enfrentou, fragilizou a capacidade de respostas do poder público. E, estas mesmas condições também facilitaram o crescimento explosivo das milícias.

O Ano de 2014 marcou o princípio de uma crise socioeconômica, política e fiscal no Brasil com contornos ainda mais dramáticos no Rio de Janeiro, que se aprofundaria entre 2015 e 2017. A desaceleração econômica do país inviabilizou o cumprimento de compromissos orçamentários, situação que foi agravada pela crise política propiciada pela Operação Lava-Jato. No estado do Rio, um braço da Lava-Jato revelou escândalos de corrupção que culminaram com a prisão do ex-governador Sérgio Cabral Filho em 2016 e, posteriormente, de seu sucessor Luiz Fernando Pezão, preso em 2018, no último ano de seu mandato como governador. Enquanto isso, o Estado atrasava repasses e pagamentos de salários, inviabilizando o funcionamento dos serviços e órgãos públicos estaduais, inclusive na área de segurança. Hirata e Grillo (2019) apontaram que o período da crise no estado do Rio coincidiu com uma significativa piora em todos os indicadores de segurança pública, havendo aumento das ocorrências de roubos, homicídios e mortes por intervenção de agentes do Estado.

Os reflexos da referida crise fiscal e econômica na gestão da segurança pública foram utilizados como justificativa para a intervenção federal na segurança pública, defesa civil e administração penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 2018, o então presidente da república Michel Temer nomeou como interventor o General do Exército Walter Souza Braga Netto, colocando fim ao grupo, representado por José Mariano Beltrame e seu sucessor, Roberto Sá, que durante 11 anos liderou o projeto de segurança pública à frente da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Ao final da intervenção, os bilhões de reais investidos na segurança fluminense pelo governo federal se traduziram em uma explosão da violência armada (Fogo Cruzado, 2019) e uma redução bem pequena nas ocorrências de crimes, mais significativa apenas na queda de incidência de roubo de cargas (Observatório da Intervenção, 2019). A percepção de crise na gestão da segurança se manteve ao longo de todo o processo eleitoral de 2018, com o agravante de que a intervenção aprofundou ainda mais as críticas que existiam à construção de um projeto de segurança centralizado na SESEG.

Logo nos primeiros meses de seu mandato, em fevereiro de 2019, o governador Wilson Witzel cumpriu sua promessa de campanha de extinguir a secretaria de segurança pública (SESEG). Após quase um ano de intervenção federal, as polícias civil e militar seriam então apresentadas com renovada autonomia para agir de maneira independente, sem se su-

bordinar a diretrizes, protocolos e metas estabelecidas por políticas de Estado. As eleições de 2018 coroaram a vitória em nível estadual e nacional de candidaturas que defendiam o encarceramento em massa e o extermínio de suspeitos como soluções para o problema da criminalidade. Alguns desses representantes eleitos se viram envolvidos em escândalos de corrupção, inclusive envolvendo integrantes de milícias. O governador Wilson Witzel seria posteriormente afastado e impedido do cargo, sendo substituído por seu vice, Claudio Castro. No entanto, o legado de autonomização das polícias e de autorização e incentivo ao uso desmedido da força letal seria mantido.

É amplamente conhecida e comprovada a participação de agentes públicos e, principalmente, de policiais nos grupos paramilitares a que denominamos milícias. Não surpreende, portanto, que o processo de enfraquecimento da SESEG e concomitante autonomização das polícias coincida com o impressionante crescimento das milícias evidenciado a partir do triênio 2017/2019. Com as polícias atuando a salvo de controles democráticos e de qualquer necessidade de prestação de contas à sociedade, a extensão territorial sob o controle de grupos armados, em particular dos grupos milicianos, cresceu vertiginosamente.

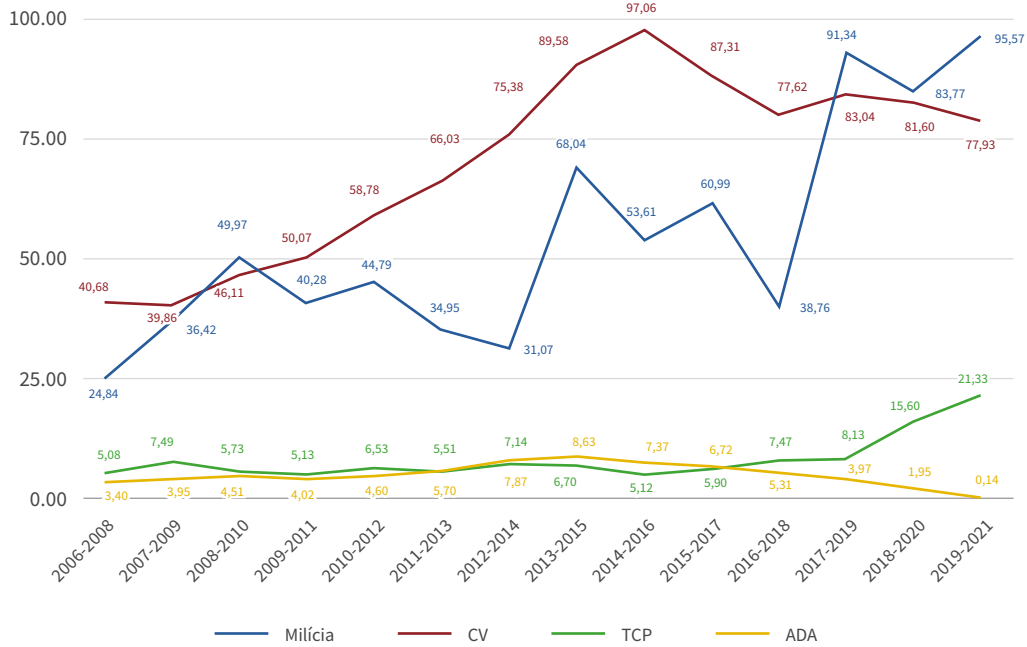
## 2

# DIFERENCIAÇÕES REGIONAIS NA EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE GRUPOS ARMADOS

A análise da linha do tempo apresentada acima é muito importante para compreender as disputas pelo controle dos espaços e seus habitantes na região metropolitana do Rio, que concentra mais de 75% da população e 17% do território do estado. O olhar global para o Grande Rio, nos permite observar grandes tendências, colocando em perspectiva realidades locais e devem orientar ações estratégicas por parte das autoridades governamentais. Mas importa também o que acontece em escalas menores. E no caso do Rio de Janeiro, para entender as tendências apontadas acima faz-se necessário observar também características específicas de cada sub-região.

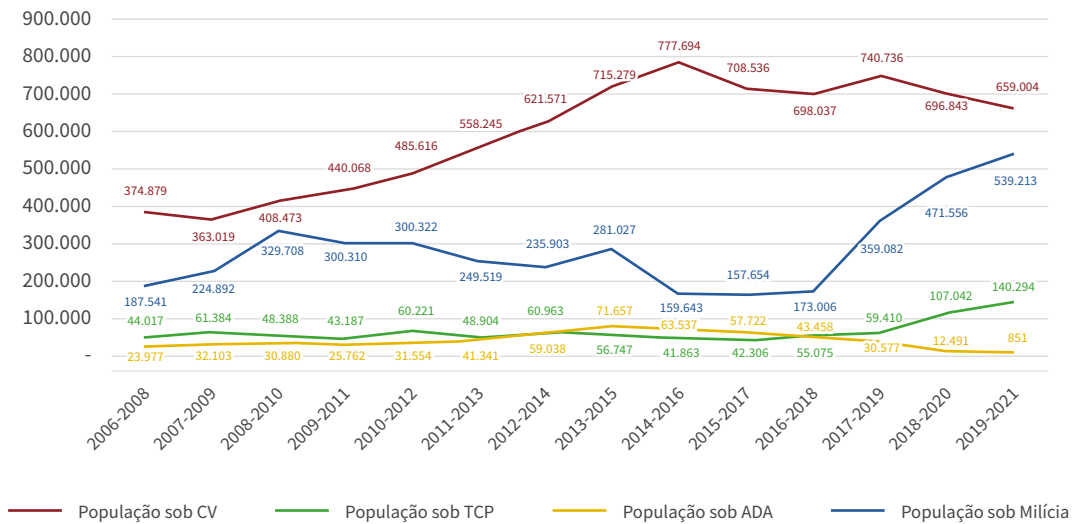
**GRÁFICO 3**

**Área total da Baixada Fluminense sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)**



**GRÁFICO 4**

**População total da Baixada Fluminense sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)**



A Baixada é possivelmente a sub-região do Grande Rio que mais se assemelha às tendências gerais já descritas e analisadas acima. É também, provavelmente, a região onde a disputa entre os diferentes grupos aparece mais claramente, o que pode ser interpretado tanto a partir das alternâncias de linhas no gráfico acima, quanto a partir dos pontos de aproximação entre elas.

Cabe ressaltar, no entanto, alguns elementos mais acentuados aqui. Foi na Baixada, que o Comando Vermelho apresentou o maior crescimento entre 2006/2008 e 2014/2016: 138,6% de Km<sup>2</sup> e 107,4% de habitantes em suas áreas de controle. Neste período, 56,38 km<sup>2</sup> (63,1%) dos 89,38 Km<sup>2</sup> de expansão territorial do CV foram conquistados na Baixada e 402.815 hab. (53%) dos 759.244 hab.. Esse crescimento é inegavelmente concomitante ao lançamento da política das UPPs, bem como aos seus anos de maior investimento. Em dezembro de 2008, após quase dois anos de gestão do secretário Beltrame à frente da pasta de segurança, a ocupação da polícia militar em uma favela da zona sul da capital para propiciar uma visita do então governador Sérgio Cabral, iria se transformar em uma das principais políticas de segurança do estado, ao lado do Sistema Integrado de Metas (Couto, 2016). A boa recepção pela imprensa e população do anúncio da primeira Unidade de Polícia Pacificadora favoreceu a que nos meses e anos seguintes, diversas favelas da capital fossem ocupadas pela PM para a instalação de UPPs, com a promessa de “retomada” pelo poder público de espaços então dominados por grupos armados. Ao todo, foram inauguradas 38 UPPs no período entre 2008 e 2014, sendo que apenas uma foi implantada fora da capital (Complexo da Mangueirinha em Duque de Caxias) e apenas outra foi implantada em área de milícia (Batan, na Zona Oeste do Rio).

Visando à preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber megaeventos como a Copa do Mundo da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), as UPPs se pretenderam a solucionar o problema do controle armado de favelas e conjuntos habitacionais por meio do emprego de forças de pacificação que ocupariam “territórios sensíveis” de maneira a viabilizar práticas de policiamento de proximidade e a entrada e/ou regularização de outros serviços públicos essenciais. O Programa contou com volumosos investimentos de bancos e empresas privadas interessadas em expandir a sua atuação para as favelas, sobretudo aquelas que forneciam serviços sujeitos a interceptações e intermediações ilegais (“gatos”) como os serviços de luz, TV a cabo e internet (Leite e Gomes, 2019). As áreas escolhidas para receber as UPPs foram principalmente aquelas situadas nas proximidades de equipamentos esportivos e pontos de interesse turístico, escolha claramente orientada para a promoção de segurança para os megaeventos.

Tal critério contribuiu para que a esmagadora maioria das UPPs fosse implementada nas zonas sul, centro e norte da capital, áreas onde o CV era preponderante no que diz res-



peito à proporção de controle sobre áreas e populações dominadas por grupos armados em 2006/2008.

Curiosamente, esse período coincide com uma tendência sustentada de crescimento do CV até o triênio 2014/2016, crescimento este mais acentuado na Baixada Fluminense onde, como já dito anteriormente, concentrou-se mais da metade da expansão territorial e populacional do Comando Vermelho. Tal constatação indica que as UPPs não foram bem-sucedidas em sua proposta de conter as facções do tráfico de drogas. Por um lado, nas áreas de implementação das UPPs, a história demonstrou que o domínio territorial e populacional pelos grupos armados se manteve em contiguidade à ocupação pela PMERJ. A venda de drogas continuou ocorrendo em todas as favelas ocupadas e a população continuou submetida à vigilância e ao controle tanto das facções quanto das polícias. A grande diferença foi a de que os traficantes e policiais passaram a se monitorar reciprocamente para evitar confrontos (Menezes, 2015).

Ao mesmo tempo, Grillo (2013) relata que aqueles que se encontravam foragidos da polícia, com mandados de prisão em seu nome, já não podiam mais residir nas favelas ocupadas, porque estavam sujeitos a serem facilmente capturados devido à constante circulação de policiais. Assim, embora as áreas contempladas pelas UPPs tenham permanecido sob o domínio de grupos armados, as lideranças locais dessas organizações tiveram que se refugiar em outros bairros ou municípios e deixaram apenas seus encarregados mais jovens e desconhecidos da polícia atuando nas favelas ocupadas. Esse movimento migratório contribuiu para o que a imprensa à época nomeou “interiorização do tráfico”, referindo-se à ampliação da atuação de facções do tráfico de drogas para novos espaços urbanos, fora da capital. Os mapas aqui analisados se limitam à região metropolitana, mas permitem observar que foi principalmente na Baixada, e em menor grau no Leste Fluminense, que o CV mais cresceu no período, tendo se mantido no mesmo patamar na capital.

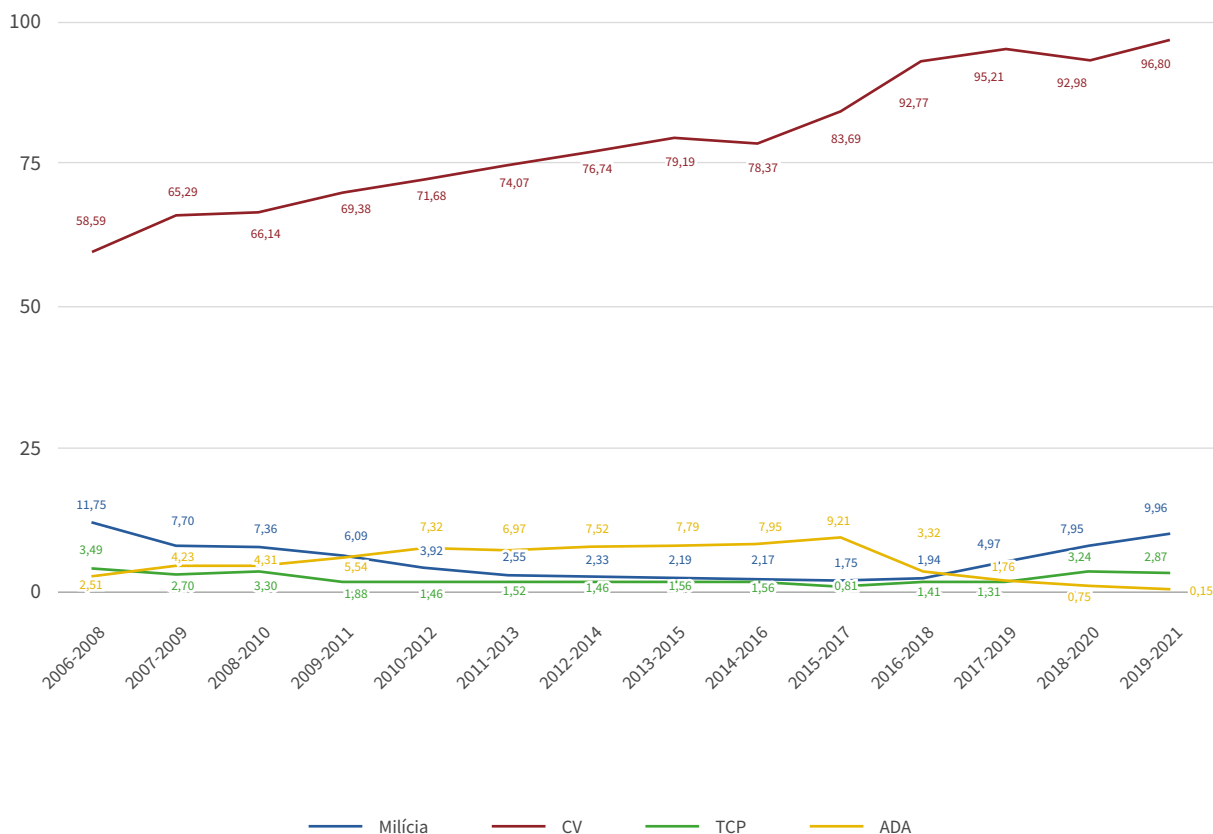
Mais recentemente, outra facção tem apresentado elevado crescimento na Baixada Fluminense. Desde 2014/2016, o Terceiro Comando Puro tem expandido ano a ano suas áreas de domínio no Grande Rio e, mais especificamente desde 2015/2017, a expansão desse grupo na Baixada tem se dado de forma mais acelerada. Dos 20,99 Km<sup>2</sup> de expansão territorial do TCP na região metropolitana do Rio entre 2014/2016 e 2019/2021, 77,3% se concentram na Baixada (16,22 Km<sup>2</sup>). Em termos populacionais, no mesmo período, o Terceiro Comando Puro ampliou seu controle populacional em 233.305hab na RMRJ, dos quais, 98.431 (42,1%) estavam na Baixada Fluminense. No último triênio, a Baixada se tornou, inclusive,

a região de maior concentração das áreas sob domínio do TCP (51,4% do total). Tais áreas, contudo, são parcamente povoadas, dado que concentram apenas 26,1% da população sob seu controle.

Muito importante notar também que o movimento de crescimento do TCP na Baixada é acompanhado, e mesmo antecedido, pela explosão das áreas sob controle das milícias na região. Na Baixada, as milícias apresentam 3 picos importantes de crescimento que puxam a tendência geral: 2008/2010, 2013/2015 e 2017/2019.

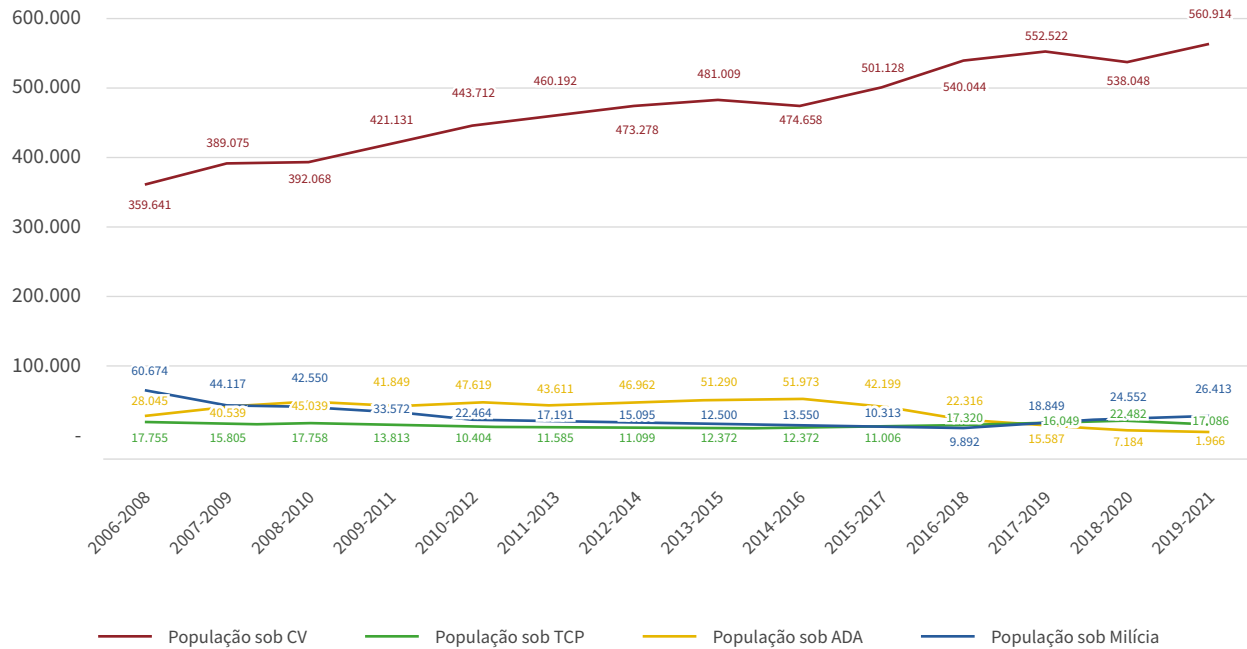
### GRÁFICO 5

#### Área total do Leste Metropolitano sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)



## GRÁFICO 6

### População total do Leste Metropolitano sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)



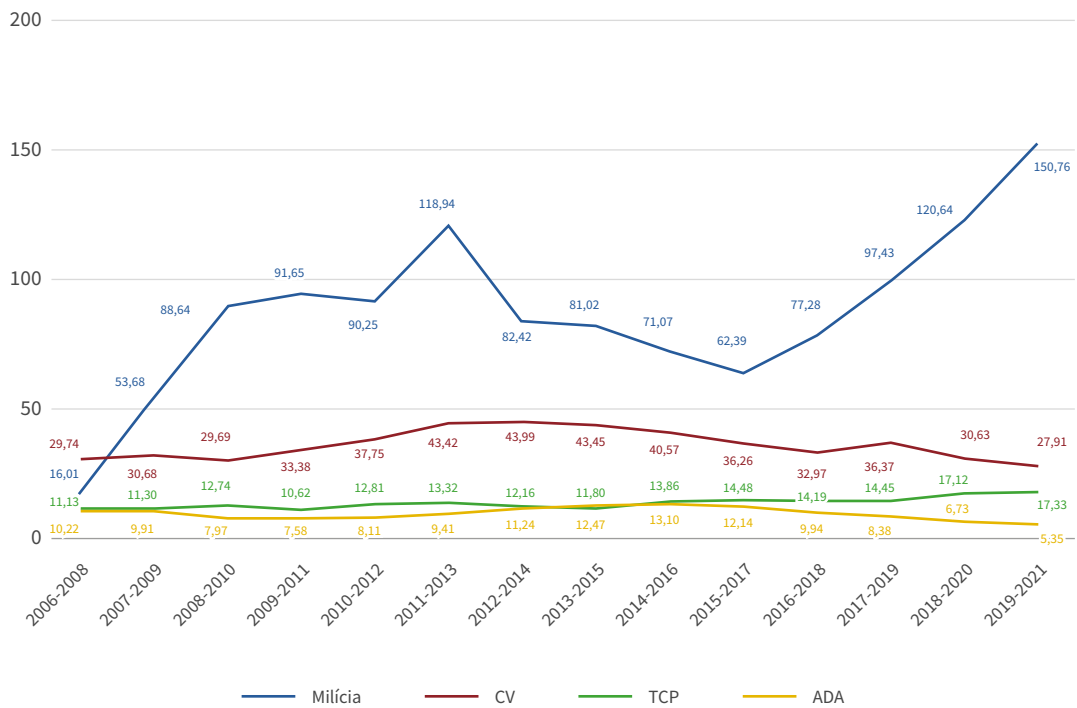
Ao contrário do que observamos na Baixada, ou mesmo no Grande Rio como um todo, o Leste Metropolitano apresenta uma clara hegemonia. Ao longo de todo o período, o Comando Vermelho é hegemônico. No início da série histórica, o CV dominava uma área e população três vezes maior do que os demais grupos somados. Essa diferença aumenta quase constantemente de modo que em 2016/2018 esta diferença chega a ser quase 14 vezes maior em termos territoriais e mais de 11 vezes em termos populacionais. No último triênio o CV é 7 vezes maior em termos territoriais e 12 vezes maior em termos populacionais.

De fato, o CV ainda tem hegemonia populacional no conjunto da RMRJ sobretudo pelo grande domínio no leste metropolitano. Se na Baixada Fluminense as milícias controlam a maior parte das áreas, mas não da população e na capital, como veremos, as milícias são hegemônicas em espaço e habitantes, no leste fluminense a enorme hegemonia do CV em termos populacionais e territoriais chama muito a atenção, com um saldo de 515.499hab., o que explica a diferença de 330.541hab no conjunto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

É importante notar que a pequena queda na proporção de espaços dominados por grupos armados no Leste Metropolitano controlados pelo CV não implicou em uma perda territorial por parte desta facção e o aumento de controle populacional foi contínuo. Desta forma, no triênio 2019/2021, o CV alcançou 96,80 Km<sup>2</sup> e 560.914Hab sob seu controle na região, os maiores patamares da série histórica. No entanto, nos últimos anos, as milícias e o TCP, ambos, têm apresentado crescimento na região. Entre 2015/2017 e 2019/2021, as milícias ampliaram em 468,7% seu controle territorial e 156,1% o controle populacional no Leste Metropolitano, enquanto, no mesmo período, o TCP experimentou um aumento de 254,8% de Km<sup>2</sup> e 55,2% de populações, sendo que o período de maior crescimento para ambos os grupos ocorreu entre 2018 e 2020. De acordo com a série investigativa do jornal O São Gonçalo, “Tráfico e Milícia S.A - uma nova firma”, esse período de crescimento acentuado das milícias e do TCP na região coincide com a ascensão e queda da Tropa do Corinthians e, conseqüentemente com o fortalecimento de um acordo entre milícia e TCP para garantir suas respectivas áreas de domínio e enfrentar a hegemonia do Comando Vermelho.

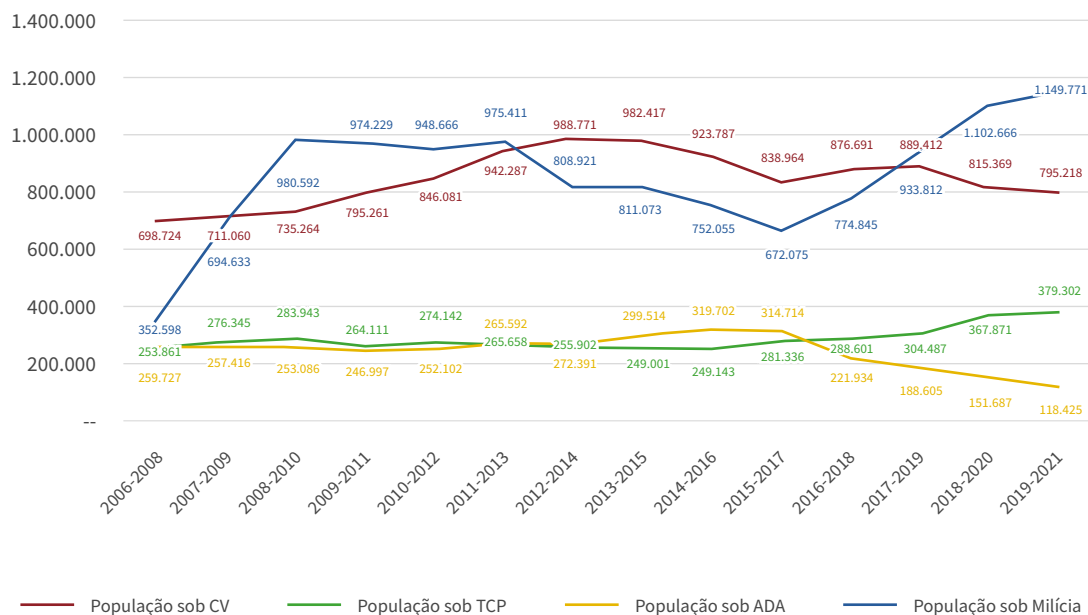
**GRÁFICO 7**

**Área total da Capital sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)**



## GRÁFICO 8

### População total da Capital sob Controle de cada Grupo Armado (2006 a 2021)



Por sua vez, a evolução dos domínios dos diferentes grupos armados na Capital é diferente daquela que foi observada na Baixada (disputa) e no Leste (hegemonia do CV). Na Capital, as milícias, que aparecem como o segundo maior grupo no primeiro triênio da série - 2006/2008 -, assumem a primeira colocação territorial no segundo triênio e nunca mais deixam de ser hegemônicas, ao passo que assumem a primeira colocação populacional no terceiro triênio (2008/2010), perdem no triênio de 2012/2014 e retomam em 2017/2019. De fato, as milícias realizam sua expansão territorial e populacional de 2006/2008 até 2011/2013, quando alcança quase 2 vezes (1,79) as áreas dos outros grupos somados e uma população sob seu controle maior os demais grupos. Entre 2012/2014 e 2015/2017 as milícias perdem áreas e população na capital, mantendo amplo domínio territorial, mas já ultrapassadas em termos populacionais pelo CV. A partir de 2016/2018, as milícias voltam a crescer em ritmo acelerado, superior às facções, ultrapassando inclusive em termos populacionais os demais grupos. No último triênio, a sua área de domínio passa a ser quase 3 vezes maior do que os demais grupos (2,98) e a população em suas áreas cada vez mais próxima da soma dos demais grupos (0,88).

Importante aqui destacar que a hegemonia das milícias na capital concentra-se quase que exclusivamente na Zona Oeste da cidade, conhecido reduto deste grupo e “berço” dos mesmos em sua configuração atual. Ao longo da série histórica, em média 89,9% das áreas e 80,6% da população dominadas pela milícia estiveram situadas nesta região, com tendência de concentração ainda maior nos anos recentes. No último triênio, 2019/2021, a concentração territorial chega a 93,8% e populacional a 86,5%. A Zona Norte aparece em segundo lugar em importância para as milícias na capital, e é também a sub-região onde, em quase toda a série histórica, as milícias aparecem como a segunda força com áreas maiores e mais populosas. Por sua vez, na Zona Sul e no Centro, as áreas dominadas tendem a zero.

A retomada do crescimento acentuado das milícias na capital a partir de 2016/2018 coincide com a morte de Carlinhos Três Pontes, Carlos Alexandre da Silva Braga, e a ascensão do seu irmão, Wellington da Silva Braga – o Ecko – como liderança da Liga da Justiça. Sob a liderança de Ecko, o Comando Vermelho perderia o controle sobre espaços importantes e históricos na Zona Oeste, como o Rola e o Cesarão, consolidando ainda mais a hegemonia das milícias na região. Também sob a liderança de Ecko e Tanderá – Danilo Dias Lima –, a aliança entre milícias e TCP iria se fortalecer, facilitando a ampliação de áreas sob seus respectivos domínios, sobretudo na zona norte da capital, na Baixada e no Leste Metropolitano.

Se as milícias e o CV são as duas forças hegemônicas, as milícias com plena hegemonia territorial e alternando com o CV na primeira colocação em populações sob domínio na capital, o TCP mantém-se ao longo de quase toda a série histórica na terceira colocação, exceto por um curto período em que a ADA se torna maior que ele, entre 2013/2015 e 2014/2016. Mas assim como ocorre com as milícias, há também diferenciações de acordo com as sub-regiões cariocas.

Historicamente, mais da metade (em média 52,7% dos Km<sup>2</sup> e 61,3% da população) das áreas dominadas pelo Comando Vermelho estiveram concentradas na Zona Norte da cidade, sendo a tendência cada vez maior de concentração nessa região: no último triênio analisado, 60,8% das áreas e 62,9% dos habitantes. Em segundo lugar em área de importância, aparece a Zona Oeste (média de 39,9% dos Km<sup>2</sup> e 28,2% da população), onde as milícias são claramente hegemônicas e o CV vem perdendo espaço nos últimos triênios, chegando a ser superado pelo Terceiro Comando Puro nos últimos 2 triênios, o que é compatível com a já mencionada aliança entre milicianos locais e o TCP. A Zona Sul e o Centro, apesar de não representarem ao longo da série histórica nem 10% das áreas do CV na capital, são as sub-regiões de mais clara hegemonia do Comando Vermelho no Rio, principalmente nos últimos anos.

Na Zona Sul, entre 2007/2009 e 2012/2014, a ADA foi o grupo com maior área dominada – entre 2006-2017, superando o CV. E no Centro do Rio, a mesma coisa ocorreu entre 2013/2015 e 2014/2016 em termos territoriais e entre 2013-2016 em termos populacionais. No entanto, fora esses períodos, todos concomitantes à política das UPPs, o CV manteve-se hegemônico. Ademais, nos anos mais recentes, sobretudo a partir de 2016/2018, as áreas de domínio pela ADA têm reduzido consideravelmente, tendendo à quase extinção.

Por fim, o Terceiro Comando Puro concentra quase a totalidade das suas áreas e populações de domínio da capital nas zonas norte e oeste – no último triênio em 96,2% das áreas e em 94,3% da população –, áreas também de maior presença dos seus aliados da milícia. Na Zona Oeste, onde historicamente estão localizadas mais da metade das áreas de domínio do TCP (57,5%) e 41,5% em média de seu controle populacional, como dito anteriormente, a partir de 2018/2020, este passou a representar o segundo maior grupo local em termos de espaço. Mas a Zona Oeste é também a sub-região onde o TCP apresenta grande estabilidade em termos de crescimento territorial e populacional. A Zona Norte é a maior área de concentração populacional do TCP (em média 56,8%) e onde este figura como segundo grupo armado com maior domínio, além de apresentar a sua segunda maior área de concentração – o grupo dobrou as suas áreas de domínio entre o primeiro e o último triênio analisados. A Zona Sul e o Centro, apesar de historicamente representarem menos de 2% das áreas dominadas pelo TCP na capital, apontam como áreas de crescimento recente desse grupo, especialmente após o movimento de declínio da ADA.

### 3

## A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS EM COMPARAÇÃO ÀS FACÇÕES

Os dados do Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro não deixam dúvidas. Considerando a participação total dentre as áreas dominadas e a expansão do domínio territorial em quilômetros quadrados, as milícias se tornaram claramente a principal ameaça à segurança pública no Grande Rio. Do ponto de vista populacional, ainda não apresentam uma hegemonia clara, mas isto parece uma questão de (pouco) tempo, mantida a velocidade com que incorpora grandes contingentes de pessoas sob seu domínio. Entre o primeiro e o último triênio da série histórica que compõem o Mapa dos Grupos Armados

do Rio de Janeiro, as milícias apresentaram um crescimento territorial de 387,3% nas áreas sob seu controle (de 52,60Km<sup>2</sup> para 256,28Km<sup>2</sup>) e populacional de 185,5% (de 600.813hab para 1.715.396hab). O aumento explosivo, em ritmo mais acelerado que os demais grupos, garantiu que as milícias passassem de 23,7% para 49,9% da área total controlada por grupos armados e de 22,5% para 38,8% da população. Para se ter uma dimensão comparativa desta expansão, mesmo com um crescimento de 58,8% das áreas sob seu domínio (de 130,26Km<sup>2</sup> para 206,83Km<sup>2</sup>) e de 41,7% da população (de 1.441.164 hab para 2.042.780hab), o Comando Vermelho apresentou uma redução de 31,2% na sua participação sobre o total das áreas controladas (de 58,6% para 40,3%) e 14,2% da população (de 53,9% para 46,2%). O Terceiro Comando Puro, por sua vez, também aumentou sua área de domínio em 110,8% (de 19,70Km<sup>2</sup> para 41,53Km<sup>2</sup>) e populacional em 70,3% (de 315.633hab. para 536.683hab), mas teve sua participação em áreas dominadas reduzida em 8,9% (de 8,9% a 8,1%) e em populações sob seu controle em 2,5% (de 11,8% para 12,1%). Já a ADA, diminuiu em 65,1% sua área de controle (de 16,13Km<sup>2</sup> para 5,63Km<sup>2</sup>), em 61,1% a população (de 311.749hab. para 121.242hab), em 85% sua participação em áreas dominadas (de 7,3% para 1,1%) e 77,1% em população (de 11,6% para 2,7%).

O período de maior crescimento das milícias na região metropolitana em toda a série foram os últimos três triênios (2017/2019, 2018/2020 e 2019/2021), quando houve um aumento de 117,2% (138,31 km<sup>2</sup>) da área ocupada por milícias e de 79,1% (757.653hab) da população nestas áreas. Dentre esses últimos três triênios, 2017/2019 apresentou a maior incorporação de novas áreas (75,75 km<sup>2</sup>) e de novos contingentes populacionais (354.000hab), o que representa respectivamente 64,2% e 36,9% de aumento em relação ao triênio anterior. Este crescimento ocorreu principalmente na Capital, onde houve aumento de 95,1% da área dominada (73,47 Km<sup>2</sup>) e de 48,4% da população (374.926hab), passando então a controlar 74,2% das áreas e 47,1% da população totais controlados por grupos armados. Na Baixada, houve nesses três triênios um aumento de 56,80Km<sup>2</sup> da área e de 366.207hab. controlados por milícias, o que representou respectivamente 146,6% e 211,7% de aumento em relação ao triênio de 2016/2018. Se antes as milícias controlavam 29,2% das áreas e 17,8% da população sob o domínio de grupos armados na Baixada, agora controlam respectivamente 48,6% e 40,3%. A Baixada, portanto, foi a sub-região onde as milícias cresceram em uma velocidade maior e com grande peso populacional. Cabe destacar que, por outro lado, do ponto de vista territorial a cidade do Rio de Janeiro foi o lugar mais central e, particularmente a zona oeste, que sozinha responde por 93,4%, das novas áreas dominadas pela milícia nesta cidade, ampliando em 68,61Km<sup>2</sup> a extensão do controle territorial das milícias. De fato, a Zona Oeste sozinha, concentra 49,6% das novas áreas dominadas pelas milícias em toda a região metropolitana.



Dessa forma, é possível dizer que a expansão das milícias é o fenômeno de maior relevância para se pensar os conflitos armados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; que essa expansão ocorreu de forma mais acentuada nos últimos três triênios; e que a Capital e a Baixada foram as regiões que concentraram o maior avanço das milícias.

### ***Milícias como propulsores do controle territorial armado***

Um primeiro ponto de interesse é compreender se a expansão das milícias ocorreu por meio da conquista de áreas já controladas por outros grupos armados ou pela incorporação de áreas onde não havia anteriormente controle territorial. Nos últimos três triênios, momento de maior expansão das milícias, o Terceiro Comando Puro incorporou aos seus domínios 18,45Km<sup>2</sup> e o Comando Vermelho e os Amigos Dos Amigos diminuíram os seus espaços de controle em 13,36km<sup>2</sup> (0,43 o CV e 12,93 a ADA). Isto significa que, mesmo se todas as áreas perdidas pela ADA e o CV tivessem sido conquistadas pelas milícias - e já foi exposto anteriormente que ao que tudo indica o crescimento do TCP ocorreu majoritariamente em cima das áreas da ADA -, elas representariam apenas 9,7% do aumento territorial observado. Portanto, no mínimo 90,3% deste crescimento se fez em novas áreas, isto é, onde anteriormente não havia controle territorial armado.

Para ser ainda mais preciso, cabe olhar de perto as duas regiões onde este crescimento das milícias foi maior: a Capital, sobretudo a Zona Oeste, e a Baixada Fluminense. A Capital parece confirmar a mesma hipótese de expansão das milícias por meio da incorporação de áreas antes não controladas por outros grupos armados. O crescimento dos espaços sob controle miliciano no último triênio representou uma adição de mais 73,47Km<sup>2</sup> na capital. Neste mesmo período, o TPC passou a dominar 3,13Km<sup>2</sup> e o CV e a ADA juntos perderam 9,64Km<sup>2</sup>. Ou seja, as milícias avançaram sobre sub-bairros, favelas e/ou conjuntos habitacionais sem controle territorial anterior em no mínimo 86,9% das novas áreas. Na zona oeste, lugar de avanço mais intenso na capital (68,61Km<sup>2</sup>), todos os outros grupos armados somados perderam 6,00km<sup>2</sup>. Isso significa que o avanço sobre áreas onde não havia controle de grupos armados foi no mínimo de 91,3% das novas áreas. Para o caso da Baixada Fluminense, o avanço das milícias incorporou 56,81Km<sup>2</sup>, ao passo que o Terceiro Comando Puro expandiu em 13,86Km<sup>2</sup> – enquanto o Comando Vermelho e a ADA retraíram em 4,86Km<sup>2</sup>. Da mesma forma, o avanço sobre áreas sem controle armado aconteceu em no mínimo 91,5% dos novos espaços dominados pela milícia.

Estes dados do Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro nos permitem sustentar a hipótese de que a maior parte da grande expansão das milícias ocorreu por incor-

poração de áreas e populações onde antes não havia controle territorial algum – e não por meio da conquista de espaços controlados por outros grupos. Se esta hipótese estiver realmente correta, a justificativa que acompanhou as milícias desde as suas origens cai por terra. As milícias não crescem no enfrentamento das facções do tráfico de drogas, mas sim ampliando o controle territorial armado sobre novas áreas.

Se as milícias crescem sobretudo em áreas anteriormente não controladas por outros grupos armados, deparamo-nos, portanto, com a questão mais ampla da expansão do controle territorial armado no Rio de Janeiro. De fato, é importante considerar que o controle territorial armado vem crescendo de forma contínua na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Do total de 2.565,98 km<sup>2</sup> de área urbana habitada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (retiradas a cobertura vegetal, áreas rurais e bacias hidrográficas), 20,0% estavam sob algum controle armado no último triênio (totalizando 513,86km<sup>2</sup>), um aumento de 131,2% em relação ao primeiro triênio, quando 8,7% da área total do Grande Rio foi classificada como estando sob controle territorial armado (totalizando 222,27km<sup>2</sup>). Mas a distribuição do controle territorial é bastante variável quando consideramos outras escalas geográficas, suas diferentes extensões com relação ao conjunto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e os seus distintos ritmos de crescimento, como é possível observar na tabela abaixo (tabela 1).

**TABELA 1**

**Porcentagem e área sob o total, o controle territorial e aumento do controle territorial (RMRJ e capital, 2019/2021 e 2006/2021)**

Região	Porcentagem e área sob a área total da RMRJ	Porcentagem e área sob controle territorial armado (triênio 2019/2021)	Porcentagem do aumento do controle territorial (2006/2021)
<b>Capital</b>	26,5% (681,70Km <sup>2</sup> )	29,8% (203,28Km <sup>2</sup> )	194,4%
<b>Leste Metropolitano</b>	26,6% (683,83Km <sup>2</sup> )	16,0% (109,78Km <sup>2</sup> )	42,3%
<b>Baixada Fluminense</b>	39,2% (1006,25Km <sup>2</sup> )	19,5% (196,48Km <sup>2</sup> )	165,2%

Zona da capital	Porcentagem e área sob a área total da Capital	Porcentagem e área sob controle territorial armado (triênio 2019/2021)	Porcentagem do aumento do controle territorial (2006/2021)
<b>Zona Sul</b>	4,3% (29,52Km <sup>2</sup> )	8,8% (2,61Km <sup>2</sup> )	5,2%
<b>Centro</b>	3,1% (21,48Km <sup>2</sup> )	6,4% (1,39Km <sup>2</sup> )	37,6%
<b>Zona Norte</b>	29,5% (201,11Km <sup>2</sup> )	18,0% (36,34Km <sup>2</sup> )	39,0%
<b>Zona Oeste</b>	62,8% (428,58Km <sup>2</sup> )	38,0% (162,93Km <sup>2</sup> )	313,2%

Fonte: Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro - GENI/UFF e Fogo Cruzado

A tabela acima deixa claro que a expansão das milícias é um vetor de incremento do controle territorial armado. Na escala da Região Metropolitana do Rio de Janeiro destacam-se a Capital e a Baixada Fluminense – regiões nas quais as milícias cresceram mais nos últimos anos e também aquelas onde o aumento do controle territorial apresentou o maior crescimento no período. De fato, o crescimento do controle territorial em seu conjunto ocorre exatamente nos momentos de expansão das milícias, particularmente nos três últimos triênios - e de forma mais acentuada no triênio de 2017/2019. Assim, pode-se dizer que os lugares e momentos de maior incorporação de novas áreas pelas milícias são também aqueles de maior crescimento do controle territorial armado. A mesma lógica ocorre no espaço intraurbano da Capital, pois a Zona Oeste, onde as milícias têm o domínio de 86,8% das áreas controladas por grupos armados, apresenta a maior extensão territorial da área total da capital, o maior percentual de sua área sob controle territorial armado e o maior crescimento de áreas incorporadas aos grupos armados.

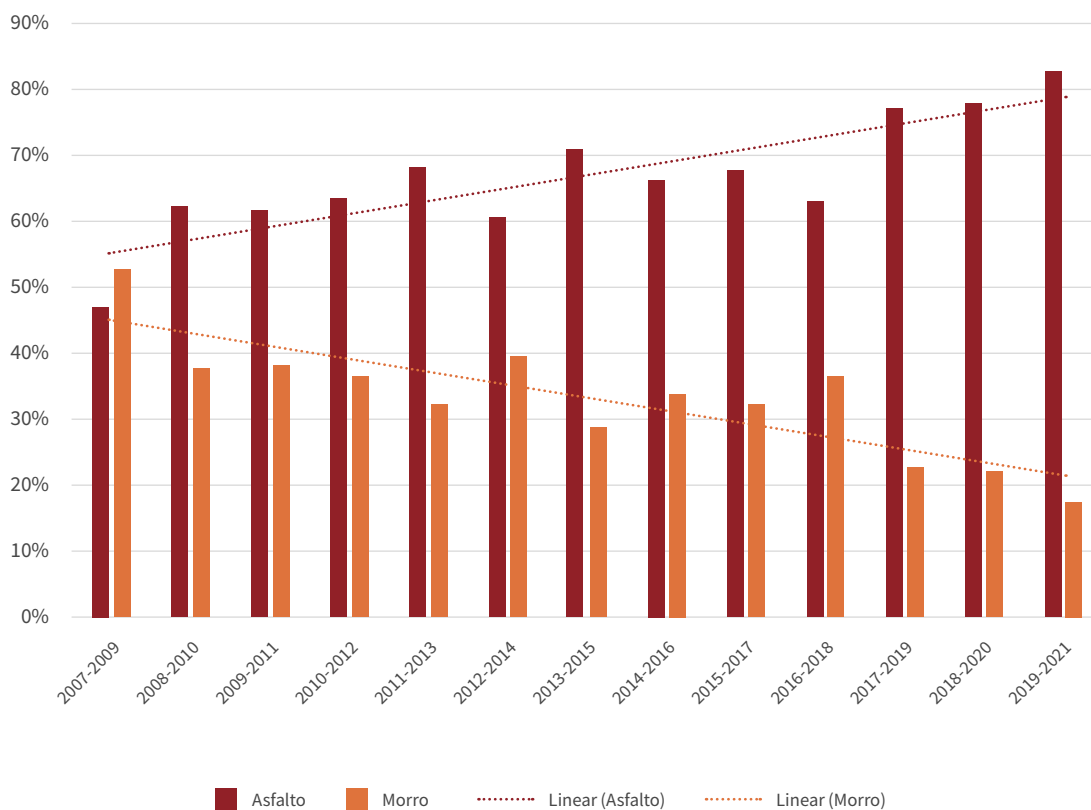
Pode-se dizer, assim, que as milícias são o principal motor propulsor do controle territorial armado, pois tanto na escala metropolitana como naquela intraurbana da capital, as áreas e períodos de expansão das milícias coincidem com a ampliação de áreas sob controle territorial armado. Esta vetorização do controle territorial por meio da expansão das milícias nos parece ser responsável por uma mudança de conjunto no fenômeno do controle territorial armado, a ser explorado no próximo item à luz das características do controle específicas do controle territorial das milícias.

## Características do controle territorial armado das milícias

Um último ponto de interesse trata das características das áreas controladas pelas milícias em relação às facções do tráfico de drogas. Foram agregadas as áreas sob controle territorial armado das milícias e das facções (Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro e ADA) baseando-se da divisão entre o chamado “asfalto” (áreas classificadas como “sub-bairros”) e “favela” (áreas classificadas como favelas e conjuntos habitacionais). Em seguida, foram extraídos os resultados a fim de saber se a proporção entre “favela vs. asfalto” era diferente para o caso de milícias e facções do tráfico de drogas. O resultado pode ser visto nos gráficos abaixo (gráficos 9 e 10).

GRÁFICO 9

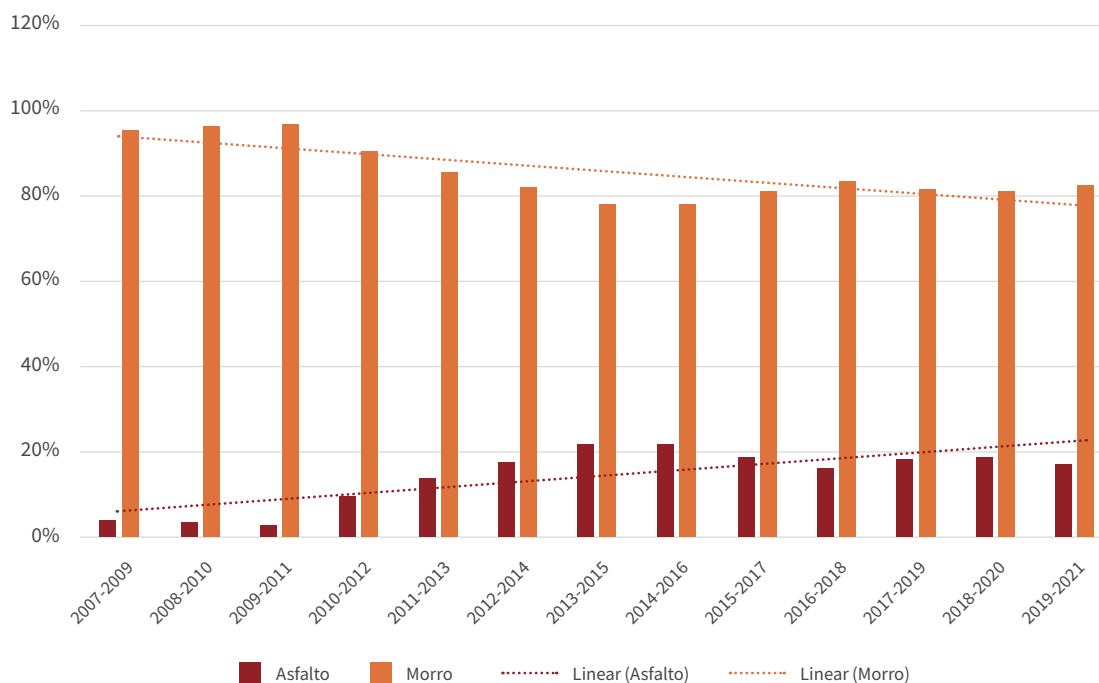
### Controle territorial de milícias em sub-bairros e favelas/ conjuntos habitacionais (RMRJ, 2007-2021)



Fonte: Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro - GENI/UFF e Fogo Cruzado

## GRÁFICO 10

### Controle territorial de facções do tráfico de drogas em sub-bairros e favelas/conjuntos habitacionais (RMRJ, 2007-2021)



Fonte: Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro - GENI/UFF e Fogo Cruzado

Mais uma vez o contraste entre os gráficos é fundamental para se perceber como o domínio territorial das milícias se exerce sobre um padrão fundamentalmente distinto das facções do tráfico de drogas. As milícias se concentram muito mais no “asfalto”, ao passo que as facções do tráfico de drogas controlam principalmente espaços de favelas e conjuntos habitacionais, em ambos os casos com concentração de mais de 80% das áreas controladas. Ademais, essa proporção de áreas de “asfalto” controladas pelas milícias se acentua nos últimos três triênios, quando a expansão das milícias se realiza de forma mais intensa – o que corrobora a hipótese de que as milícias têm avançado sobre áreas não controladas anteriormente por outros grupos armados. Por outro lado, tanto as milícias como as facções do tráfico de drogas estão aumentando lentamente as suas proporções de domínio sobre o “asfalto”. E, esta última tendência, comum a todos os grupos armados, pode ter sido motivada pelo sucesso do modelo miliciano de controle territorial no asfalto, bem como pelas características distintas de ocupação do solo de vários municípios da Baixada Fluminense, onde tanto as facções quanto as milícias se encontram em franca fase de expansão.

# METODOLOGIA

Antes de proceder com o detalhamento de cada passo da metodologia que permitiu criar este mapa, é necessário fazer uma ponderação inicial. A construção deste mapa é fruto de uma enorme vontade e compromisso de um grupo grande de pessoas. Os desafios que se colocavam, desde o início, eram enormes. Lapidar um consenso de como atuam as milícias e o tráfico. Automatizar a classificação de tipos de atividades criminais em um grande banco de dados, tornando assim viável processar as suas informações. Construir um mapa que represente divisões oficiais e de pertencimento, - ou seja, a forma como as pessoas que vivem no espaço e o compreendem - sobre o qual definir áreas de domínio. Nada disso estava dado. Tudo isso precisava ser desenvolvido.

Diante desses desafios, esse projeto se desenvolveu em várias frentes, com equipes para cada uma delas. Em todas as frentes, os colaboradores aplicaram técnicas inovadoras que tornam esse trabalho um exemplo não apenas pela sua importância para o Rio de Janeiro, mas também pelo desenvolvimento de técnicas de processamento de informação que podem servir a outras empreitadas semelhantes. E tudo isso foi possível graças ao comprometimento dos colaboradores com a importância desse projeto para o futuro do Rio de Janeiro - comprometimento este que deve ser registrado e agradecido.

É de suma importância avisar ao leitor e usuário do mapa que o mesmo ainda está em construção e esta é a sua primeira versão. Esta versão está sendo publicada agora porque faz parte da metodologia de construção o escrutínio público para o aprimoramento da metodologia; e porque foi considerada sólida o suficiente para representar fidedignamente os grandes movimentos de facções e das milícias, mesmo que haja erros de classificação pontuais - e é sabido que eles existem.

Ao longo dos próximos meses, a colaboração de usuários do mapa será fundamental para identificar os erros pontuais de classificação e aprimorar as ferramentas utilizadas até que os erros tendam a zero. É uma meta deste projeto também, que nos próximos anos, sejam incorporadas novas fontes, enriquecendo cada dia mais o mapa e tornando-o o mais completo e próximo da realidade possível.

Veremos a seguir a descrição simplificada das técnicas aplicadas. O objetivo aqui é apresentar um panorama geral e acessível ao público em geral, mas a versão completa da nota metodológica está disponível online nos sites do GENI/UFF e Fogo Cruzado.

# 1

## A ESCOLHA DA FONTE

O Disque Denúncia é um projeto da sociedade civil, vinculado ao Instituto MovRio, que há 27 anos presta um serviço inestimável para a população do Rio de Janeiro: ouvir de forma anônima denúncias sobre os mais diversos tipos de crimes e repassá-los às autoridades competentes para que se tomem as medidas cabíveis. Ao todo são quase 3 milhões de denúncias cadastradas, o que mostra o reconhecimento da população da importância dessa organização. A confiança na organização se mostrou tamanha que, historicamente, mais da metade das denúncias recebidas tratam de atividades de organizações criminosas como o tráfico e a milícia. Essas condições representam uma oportunidade única para a construção de um mapa dos grupos armados que não apenas apresentasse um retrato do momento, mas que tivesse também validade histórica, como era o desejo dos realizadores desse projeto.

Com isso em mente, os pesquisadores avaliaram a base de dados do Disque Denúncia e a escolheram como a principal fonte de dados para a construção do presente mapa com base nos seguintes critérios:

- » Abrange todo o período histórico passado pretendido, permitindo assim que uma mesma fonte subsidie a metodologia retrospectiva, garantindo a comparabilidade entre os anos e uma maior robustez da metodologia;
- » Dispõe de um campo descritivo com o conteúdo das denúncias, de onde é possível avaliar tanto as atividades denunciadas, quanto identificar quais grupos armados foram mencionados;
- » Atuação reconhecida em todo o estado do Rio de Janeiro - e inclusive em outros estados - possibilitando com isso uma boa cobertura territorial.

A partir da escolha da fonte foi celebrado um convênio do projeto com o Instituto MovRio para o repasse dos dados, garantindo sempre o respeito inegociável à preservação do ano-

nimato dos denunciante. E em seguida, o trabalho para a construção dos mapas se dividiu em 3 frentes que serão explicadas em seguida: a validação e classificação das denúncias, a construção de uma base cartográfica específica para este projeto e o apontamento do controle territorial.

## 2

# TRATAMENTO DA BASE DO DD E CLASSIFICAÇÃO DAS DENÚNCIAS

Esta frente de trabalho tinha como objetivo preparar a base de dados para os trabalhos das demais equipes e analisar e classificar o conteúdo das denúncias de forma a filtrar apenas as que fossem pertinentes a caracterização de domínio de grupos armados.

A preparação da base de dados foi feita a partir dos seguintes processos e decisões:

- » Padronização dos campos de município e bairro originais do banco de dados, sem descarte dos campos originais;
- » Utilização do texto das denúncias para identificar marcadores de localização que melhorassem a acurácia do georreferenciamento;
- » Georreferenciamento de todas as denúncias utilizando 2 APIs (Google Maps e Here);
- » Documentação dos processos e escolhas, de forma a poder replicá-lo para os próximos anos.

Ao final desse processo foi possível georreferenciar 99,59% do banco de dados.

De forma paralela, uma dupla de cientista de dados e sociólogo trabalhou para construir uma metodologia automatizada de análise de cada denúncia para identificar se ela trazia ou não elementos associados ao domínio local de milícias ou de facções do tráfico. O trabalho consistiu na divisão dos dados em 2 grandes grupos - tráfico e milícia - de forma a respeitar padrões internos de atividades; e análise qualitativa e desenvolvimento das categorias de classificação em amostragem selecionada. Ao todo, são cinco categorias gerais utilizadas na classificação: empreendedorismo violento, empreendedorismo não-violento,



controle, presença e uso da força. Cada uma dessas categorias – com exceção da categoria “presença” – é formada por outras subcategorias, que classificam diretamente as citações.

<b>EMPREDEDORISMO VIOLENTO</b> (qualquer ação de uso da força, consentida ou não, que a converte em renda econômica)		
1.1	Extorsão	Venda de proteção sob ameaça ou efetivo uso da força.
1.2	Cobertura	Casos em que a proteção é demandada pelo agente econômico.
1.3	Imposição de monopólio	Uso da força para excluir concorrentes de um determinado mercado em uma determinada localidade.
1.4	Expropriação	Uso da força para se apoderar do bem de outrem
1.5	Pistolagem	Assassinatos sob encomenda
<b>EMPREDEDORISMO NÃO VIOLENTO</b> (qualquer ação voltada para a obtenção de renda econômica, seja ela legal ou ilegal, forma ou informal – desde que não necessite, por definição, do uso da força)		
2.1	Agiotagem	Empréstimos financeiros e cobrança de juros
2.2	Comércio	Compra e venda de mercadorias.
2.3	Tráfico de armas	Compra e venda de armas de fogo
2.4	Tráfico de drogas	Compra e venda de drogas ilícitas
2.5	Contrabando	Descaminho de mercadorias
2.6	Contravenção	Exploração de jogos de azar
2.7	Estacionamento	Exploração de locais de estacionamento
2.8	Transportes	Mototáxis e kombis
2.9	Gatonet	serviço de internet e tv fechada
2.10	Imobiliário	Compra e venda de imóveis e terrenos Construção de imóveis para revenda
2.11	Receptação	Compra de mercadorias furtadas ou roubadas
2.12	Estelionato	Clonagem de cartões e outros tipos de golpe
2.13	Lenocínio	Exploração da prostituição

<b>CONTROLE</b> (qualquer tipo de coerção que não se direciona diretamente para a obtenção de renda econômica, mas que regula a interação cotidiana dos habitantes de determinado espaço)		
3.1	Retaliação	Ações tomadas em resposta ao não cumprimento de regras ou demandas do grupo armado
3.2	Circulação	Ações que impedem, dificultam ou fiscalizam, ostensivamente ou não, o ir e vir em determinado local
3.3	Expulsão	Expulsão de moradores de suas residências e do bairro, seja por qual motivo for.
3.4	Comunicações	Fiscalização dos aparelhos de comunicação dos moradores e com quem eles se comunicam
3.5	Outros	Casos de coerção residuais, que aparecem pouco nas denúncias e para os quais ainda não se encontrou uma subcategoria apropriada. Por exemplo: milicianos que obrigam moradores a colocarem publicidade de determinado candidato durante as eleições; proibição de moradores de edificarem em determinada área ou de pescarem; exigência de que motoristas de vans cedam seus veículos para a realização de enterros; exigência de que o comércio local preste contas aos milicianos do faturamento mensal
<b>PRESENÇA</b> (Fazer-se presente em um local, seja em um ponto fixo ou circulando pela área, armado ou não, em frequências variadas (diariamente, semanalmente, etc))		
<b>USO DA FORÇA</b> (Propriedade que modifica as demais categorias. Operacionalizada em uma escala de três níveis)		
5.1	Potencial	Quando o uso da força e suas extensões não chega a atos explícitos de agressão física. Denota ações de ameaça ou o medo que se tem de alguns integrantes dado a fama acumulada de ações pretéritas
5.2	Efetivo não-letal	Quando o uso da força física e suas extensões se traduz em atos de agressão ou sequestro
5.3	Efetivo letal	Quando o uso da força física e suas extensões leva ao óbito da vítima, intencionalmente ou não

Para classificar o grupo armado classificado em cada denúncia foi utilizada a técnica de busca por expressões regulares nos textos das denúncias, conhecidas pela sigla regex,

como forma de identificar padrões de caracteres. Essas classificações também constituem o nosso dicionário, que também agrega as formas de classificação do domínio.

Para a construção do modelo automatizado de classificação e validação das denúncias para a série histórica (2005-2021), foram aplicados um conjunto de técnicas e etapas que incluem:

- » Divisão dos dados em treino e teste, transformando as denúncias em tokens através de algoritmos para normalização do texto;
- » Desenvolvimento de algoritmos de *feature engineering*, *feature selection*, além de *machine learning*, seguindo a metodologia proposta;
- » Desenvolvimento de função de normalização do texto, contando com palavras-chave do dicionário e uma função *stemming* para reduzir palavras com mesmo significado a uma raiz única;
- » Utilização de técnica de *active learning* no treinamento do modelo, para reduzir a classificação humana, valendo-se da predição própria do modelo.

### 3

## CONSTRUÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA

Um dos desafios do projeto era a utilização de uma base cartográfica, até então inexistente, que representasse sub-bairros, favelas e conjuntos habitacionais onde grupos milicianos e facções do tráfico baseiam suas ações. A observação pela escala de bairros, muitas vezes nubla e superestima a dimensão de domínio desses grupos.

A construção dessa base exigiu a integração de muitas fontes com datas e escalas diferentes, no caso dos dados secundários, e pouca informação na divisão de áreas menos conhecidas. Nesta construção priorizou-se a representatividade e o detalhamento do território, de modo a atender a diversos mapeamentos e leituras sobre a ocupação e domínio territorial.

A base foi elaborada e estruturada segundo duas partes:

1. A recuperação de limites e informações sobre as comunidades, definidas por favelas e conjuntos habitacionais, através de diversas fontes. Foram priorizadas algumas fontes de dados secundários: MPRJ, IPP (para o município do Rio de Janeiro),

o Wikimapia e o Só Favelas. No caso dos vazios, adotou-se os aglomerados de informações oriundas do Disque Denúncia para orientar novas buscas.

2. A divisão territorial em unidades inferiores ao bairro, de modo a possibilitar o reconhecimento de áreas com identidade e pertencimento local. Estas unidades foram denominadas aqui por sub-bairros. Para essa construção foram utilizados dados do Wikimapia, da base Só Favela e também intérpretes selecionados por apresentarem conhecimento reconhecido de áreas específicas. Buscou-se tratar os vazios e priorizou-se tudo que apresentasse ocupação urbana. Por fim, considerou-se a existência de rios, grandes rodovias, estações de BRT e de metrô, entre outros elementos de relevância, na divisão e na identidade nominal das áreas. Desta forma, todos os bairros do município foram divididos, sendo que a maior complexidade desta base foi o reconhecimento dos topônimos (nomes geográficos). Em muitos casos adotou-se os nomes de praças, estações de BRT, metrô, dentre outros marcadores espaciais.

Todas as unidades, recuperadas de outras fontes ou geradas por interpretação do território, apresentam contornos definidores de seus limites e foram identificadas por nomes geográficos. Como estas unidades apresentam, em determinadas porções do território, superposições significativas, não foi possível manter uma hierarquia de geometrias abaixo do nível bairro. As duas bases foram ainda integradas com a divisão de bairros para facilitar formas de integração em outros níveis de escala de análise.

## 4

# DETERMINAÇÃO DO CONTROLE TERRITORIAL ARMADO

A última etapa de construção do Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro foi aquela que agregou os insumos produzidos nas demais etapas para determinar a existência ou não de controle em cada triênio analisado nos sub-bairros, favelas e conjuntos habitacionais identificados. Esta etapa foi subdividida em dois passos. Num primeiro passo, foram estabelecidas as condições necessárias para que uma determinada área fosse considerada “controlada”, por milícia ou por tráfico, sem a identificação dos gru-

pos que atuam no local. Em seguida, partindo então desses espaços classificados como “dominados”, foram adotadas estratégias adicionais para identificar o grupo armado que atuava em cada espaço.

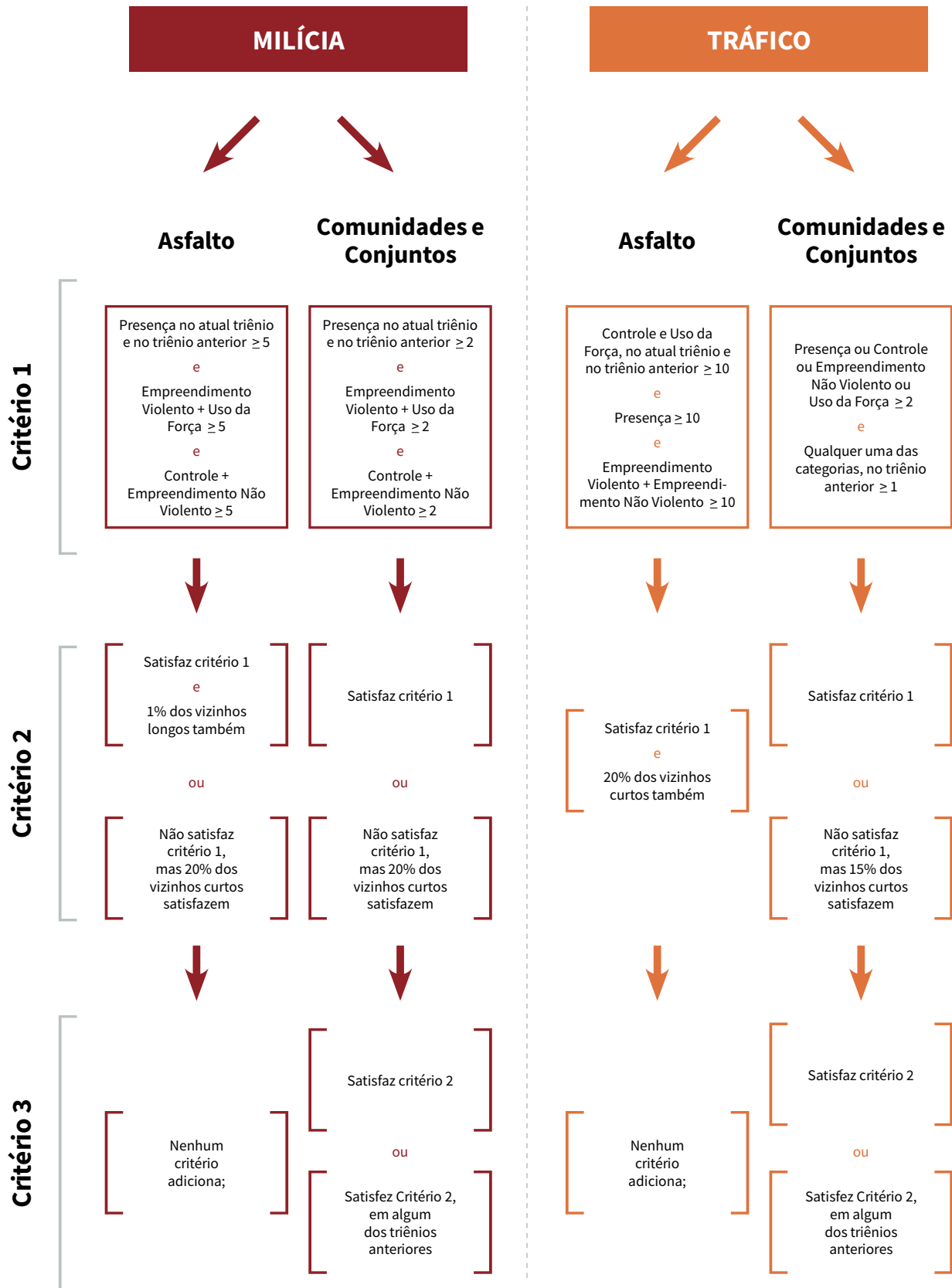
Foram aplicados três critérios sequenciais para que uma área fosse considerada como controlada por algum grupo armado, levando em conta o padrão de incidência, o espraiamento espacial e a duração no tempo das situações descritas pelas denúncias. Os dados de Milícia e de Tráfico foram analisados separadamente, aplicando critérios distintos para cada grupo em razão das diferenças significativas nos padrões de atividades e controle dos mesmos. Também foram considerados critérios distintos para áreas de “favela” (comunidades e conjuntos) e “asfalto” (sub-bairros e demais áreas de bairros). Em outras palavras, foram utilizadas estratégias diferentes para classificar o controle de (a) Milícia no asfalto; (b) Milícia em favelas; (c) Tráfico no asfalto; (d) Tráfico em favelas.

Antes de apresentar em detalhes a operacionalização, cabe elucidar alguns aspectos. Do ponto de vista das categorias “Tráfico em Favela” e “Milícia em Favela”, foram utilizados requisitos mais flexíveis do que para o asfalto, tentando evitar que ocorrências pontuais de pequenas vendas de drogas, eventuais roubos ou mesmo extorsões pontuais se configurassem como identificação de área controlada por grupo armado.

Para as áreas de “asfalto”, os critérios de Tráfico são mais exigentes do que os de Milícia, dada a diferença de natureza da atuação destes grupos: milícias costumam atuar de forma mais espraiada nos bairros, enquanto a atuação de grupos armados de tráfico costuma estar mais circunscrita a ambientes de grande densidade demográfica característicos de favelas e conjuntos habitacionais. A atuação da Milícia no asfalto, por sua vez, leva em conta critérios adicionais de proximidade espacial. Uma área de asfalto apenas será considerada como controlada por milícia se estiver localizada numa “grande região” de atuação de milícias (isto é, se pelo menos 1% dos seus vizinhos – proporção essa ponderada pelo inverso da distância – também forem classificados como controlados por milícia). A premissa é a de que “ilhas” isoladas de denúncias sobre milícias guardam maior probabilidade de serem eventos isolados e não o controle territorial sistemático exercido por grupos.

O esquema da próxima página expõe em detalhes os três critérios utilizados para identificação de controle territorial.

Para identificar a facção específica atuante num polígono controlado, foi aplicado, primeiramente, o critério de maioria absoluta de menções a um determinado grupo, dentro do universo de menções aos outros grupos armados. Se o número de denúncias que citam uma facção é superior à soma de denúncias que citam todas as demais facções, então a



localidade foi classificada como controlada pelo grupo majoritário. Em polígonos que não incidem menções de uma facção específica ou que mencionam outras facções em proporções similares, a classificação aplicada é de Tráfico Indefinido (caso sejam menções de tráfico sem especificação de grupo), ou de Domínio Indefinido (caso não haja maioria absoluta de menções nem para a soma de grupos de tráfico, nem para milícia).

Em um esforço de redução do número de polígonos indefinidos foi ainda aplicada uma matriz de vizinhos imediatos. Em suma, se um polígono indefinido possui a maior parte de seus vizinhos — com pesos maiores para os vizinhos imediatos — de uma determinada facção, então ele foi classificado por esta facção. Esta técnica conseguiu reduzir de 25.047 (54% do total de dominados) polígonos de Domínio Indefinido, para apenas 1.891 polígonos – menos de 5% do total.

---

## REFERÊNCIAS

Assembleia legislativa do Estado do Rio de Janeiro. 2008. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do rio *de janeiro*. URL: [https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2018/12/relatorio\\_milicia.pdf](https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2018/12/relatorio_milicia.pdf)

Cano, I and Duarte, T. 2012. “No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008–2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

Couto, M. 2016. UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Fogo Cruzado. 2019. Relatório Anual 2019 - Fogo Cruzado. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/relatorio-anual-2019/>

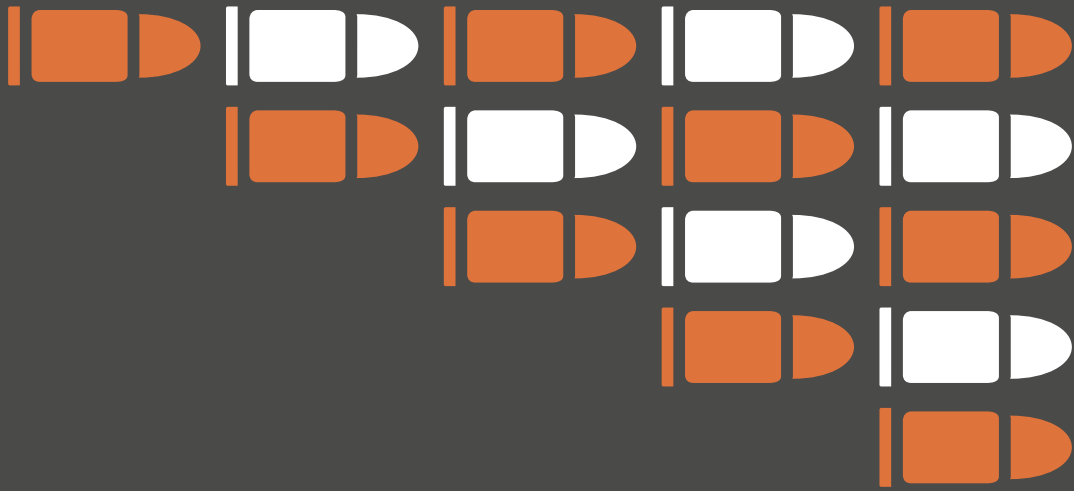
Grillo, C. 2013. Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Hirata, D. e Grillo, C. 2019. Sumário Executivo: Operações Policiais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil. URL: <https://br.boell.org/pt-br/2019/12/21/operacoes-policiais-no-rio-de-janeiro>

LEITE, M. e GOMES R. 2019. “Empreendedorismo e “inclusão produtiva” em favelas e periferias”, Revista Ensaios, vol. 14.

Menezes, P. 2015. Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Observatório da Intervenção e CESeC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. 2019. Intervenção Federal: um modelo para não copiar. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo-6c5oVmwUFUhykOpA/view>. Acesso em 22 fev.2019.



# MAPA HISTÓRICO DOS GRUPOS ARMADOS DO RIO DE JANEIRO

**GENI** Grupo de  
Estudos  
dos Novos  
Legalismos

**# FOGOCRUZADO**